








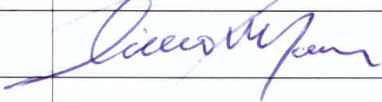

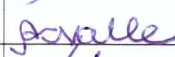


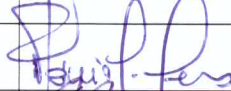


1. Dados da Reunião

Data	Hora início	Hora término	Local
19/09/2017	10:20	13:13	Auditório da Sede do TJBA

2. Pauta

Item	Descrição
01	Abertura
02	Leitura e aprovação da ata da primeira RAE
03	Apresentação da Pesquisa de Opinião
04	Apresentações Extraordinárias (Sistema de Linha Sucessória, Sistema de Gestão da Qualidade, Programa de Logística Sustentável)
05	Apresentação EPPE
06	Apresentação do Portfólio de Projetos no SGP
07	Apresentação dos Indicadores Estratégicos (Justiça em Números, Metas Nacionais)
08	Deliberações do CGOV (Política de Enfrentamento de Metas Nacionais, Semana Estadual de Sentenças e Baixas, Aprovação da Data da 4ª RAE)
09	Encerramento

3. Participantes

Nº	Nome	Órgão/ Setor	Assinatura
1	Desa. Maria do Socorro Barreto Santiago	Presidência	
2	Desa. Maria da Purificação da Silva	1ª Vice-Presidência	
3	Desa. Lícia de Castro Laranjeira Carvalho	2ª Vice-Presidência	
4	Des. Osvaldo de Almeida Bomfim	Corregedoria Geral da Justiça	
5	Desa. Cynthia Maria Pina Resende	Corregedoria das Comarcas do Interior	
6	Juíza de Direito Rosana Cristina Souza Passos Fragoso Modesto Chaves	Assessoria Especial da Presidência I	
7	Juíza de Direito Marielza Brandão Franco	Assessoria Especial da Presidência II	
8	Juiz de Direito Paulo Alberto Nunes Chenaud	Coordenadoria de Juizados Especiais	
9	Cícero Washington Pereira de Moura	Diretoria de 1º Grau	
10	Cláudia Nascimento de Jesus	Secretaria de Administração	
11	Carlos Alberto Santana Machado	Secretaria Judiciária	
12	Igor Caires Machado	Secretaria de Planejamento e Orçamento	
13	Leandro Sady Rodrigues	Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização	
14	Flávio Avelino de Novaes	Assessoria de Comunicação	
15	Joana Costa Pinheiro	Universidade Corporativa	
16	Danilo Menezes de Santana	Controladoria do Judiciário	

4. Apresentação da Pauta

01. Abertura

A Desembargadora Maria da Purificação da Silva iniciou a Reunião de Análise Estratégica informando a ausência da Desembargadora Maria do Socorro Santiago em virtude de outro compromisso e que a Reunião seria conduzida pela 1ª Vice-Presidência, na sua pessoa. Passou a palavra ao Diretor de Primeiro Grau para a leitura e aprovação da ata da 2ª RAE.

2. Leitura e aprovação da ata da primeira RAE

Dr. Cícero Moura fez a leitura da ata da 2ª RAE e submeteu-a à aprovação do Comitê de Governança, que sem objeções ou ressalvas, declarou sua aprovação.

3. Apresentação da Pesquisa de Opinião

Igor Caires explicou as etapas de realização da pesquisa. A primeira fase contemplando a pesquisa com o jurisdicionado – cujos resultados foram apresentados na RAE anterior – a segunda fase abrangendo Magistrados, Servidores, Ministério Público, Defensoria Pública e OAB. Enfatizou que os resultados ainda não estavam compilados, pois o prazo de preenchimento havia findado no dia 15/09/17 e as informações ainda precisam ser analisadas e processadas. Pedro Vivas prosseguiu com a apresentação informando nível de confiança e margem de erro da pesquisa. Em seguida exibiu a quantidade de pessoas que responderam à pesquisa, evidenciando que Magistrados, Defensores Públicos, Procuradores e Promotores ficaram com percentuais abaixo de 40% de adesão à pesquisa. Em virtude desse fato, foi pleiteado por Igor Caires que o prazo da pesquisa para o público da segunda fase fosse prorrogado por mais 15 dias, de forma que pudessem ser realizadas mais ações para aumentar a participação do público-alvo. Igor Caires informou que o modo de divulgação da pesquisa foi através dos órgãos de assessoria de imprensa das instituições envolvidas, mas, ainda assim, houve dificuldade para que os questionários fossem respondidos. Sugeriu que além dos meios eletrônicos já utilizados (e-mail e link da internet) a pesquisa fosse também enviada por aplicativos de mensagens de celular. Dr. Raimundo Braga sugeriu que fosse feita a tentativa de abordagem pessoal, pelo menos nos fóruns da capital e com os promotores de justiça.

O CGOV aprovou a prorrogação do prazo e a tentativa de nova abordagem.

4. Apresentações Extraordinárias (Sistema de Linha Sucessória, Sistema de Gestão da Qualidade, Programa de Logística Sustentável)

Sistema de Linha Sucessória e Sistema de Gestão da Qualidade

Dr. Raimundo Braga apresentou os projetos da 1ª Vice-Presidência.

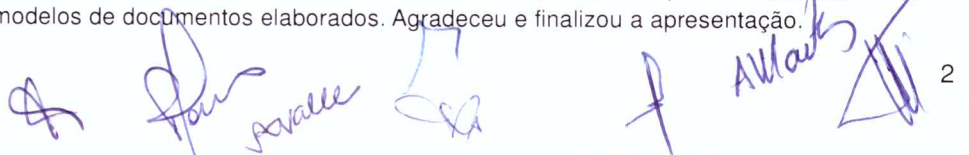
Sistema de Linha Sucessória – Dr. Raimundo Braga informou a necessidade de elaboração de um sistema para organizar o controle histórico da linha sucessória dos órgãos julgadores. Foi desenvolvido um programa de gestão dessas informações. O sistema está em fase de homologação. Foi gerada uma demanda no comitê de reforma para propor uma norma no regimento para que essa ferramenta fique sedimentada através de documento formal.

O projeto está com 84% executado.

Pontos destacados: normatização já elaborada e entregue a comissão de reforma para aprovação; processo de catalogação de informações e implementação da ferramenta.

Finalizou agradecendo a todos que colaboraram na execução do projeto.

Sistema de Gestão da Qualidade – Dr. Raimundo Braga apresentou o projeto com objetivo, equipe, escopo e principais entregas com prazos e situação atual. No ponto relacionado à Auditoria Interna ressaltou a importância do envolvimento de todos, e lembrou que, embora o Tribunal tenha contratado consultoria externa para formar auditores internos, já existem pessoas capacitadas no Tribunal, a exemplo do Secretário Leandro Sady que tem formação de auditor líder. Nos encaminhamentos os temas Análise Crítica e Processo Licitatório para contratação de Empresa Certificadora foram abordados. Exibiu fotos do setor e modelos de documentos elaborados. Agradeceu e finalizou a apresentação.



2

Programa de Logística Sustentável

Dra. Marta Moreira Santana apresentou as ações que foram implementadas pelo Núcleo Socioambiental e as propostas de novas ações.

Ao final da apresentação a Desembargadora Fátima se pronunciou e pediu a colaboração para que o TJBA deixasse de utilizar os copos de água mineral. Citou exemplos de diversos tribunais que já deixaram de utilizar os copos. Outro assunto destacado pela Desembargadora foi o das impressões e consumo de papel reforçando a necessidade de maior utilização do SIGA além de impressoras compartilhadas. Finalizou enfatizando que entende que as mudanças são de difícil implantação, mas são necessárias, pois além da conscientização para uma nova realidade, há também a obrigatoriedade de cumprimento de normas e resoluções que o TJBA deverá prestar contas ao CNJ no final do ano de 2107.

A Desembargadora Maria da Purificação concordou que é necessário criar mais publicidade e fornecer instrumentos para que a mudança ocorra. Pediu que fosse colocada em prática a substituição gradativa do uso de copos de água mineral por garrações de 20 litros, não sendo mais necessária a solicitação da substituição e sim a colocação sistemática em todos os setores. Concordou que, se nos demais Tribunais é possível adotar as mudanças, o TJBA pode também mudar.

O Desembargador Osvaldo Bonfim ressaltou a importância de racionalizar o uso de papel e além disso, lembrou da necessidade de se implantar sistema de audiências em videoconferência, pois trata-se de redução de gastos no âmbito estadual.

Igor Caires prosseguiu solicitando a aprovação das ações propostas pelo Núcleo Socioambiental:

- 1) Necessidade de exigência de impressão frente e verso
- 2) Necessidade de exigência de 100% de digitalização no SIGA
- 3) Medida de Extinção do uso do copinho 200 ml (nesse caso foi proposto que a SEAD elabore um plano de substituição gradual dos copos de água mineral por bebedouros/garrações de água mineral.)
- 4) Economia de Energia elétrica (ex.: desligamento das luzes do prédio anexo em horário mais cedo e não à meia-noite)

O CGOV aprovou as medidas propostas pelo Núcleo Socioambiental.

5. Apresentação EPPE

Pedro Vivas fez breve apresentação sobre a implantação do EPPE (Escritório de Projetos e Processos Estratégicos) mostrando o percentual realizado de 93% e exibindo amostras dos manuais já elaborados ao CGOV. A previsão é que até o fim de outubro o EPPE será entregue.

6. Apresentação do Portfólio de Projetos no SGP

Pedro Vivas fez a apresentação geral dos projetos que estão lançados no Sistema de Gestão e Projetos.

Igor Caires falou sobre o Sistema de Gestão e Projetos, sobre os projetos que estão lançados nele e de como serão geridos.

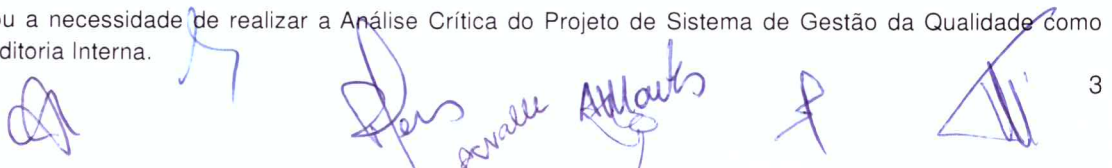
Igor Caires pediu que, caso alguma área tivesse algum ponto específico para comentar ou que precise de intervenção de alguma outra área, que se manifestasse.

Dr. Raimundo Braga enfatizou que o momento da RAE é o momento de solicitar patrocínio.

A 1ª Vice-Presidente reforçou que esse é o momento para que as áreas se manifestem e solicitem ajuda para o andamento dos projetos.

Dr. Cícero Moura solicitou ajuda para o projeto de Especialização das Varas da Fazenda Pública, pois a fase de especialização está finalizada e ainda há necessidade de redistribuir os processos das Varas. Pediu apoio para aprovar a alteração proposta na resolução que permite a redistribuição dos processos. A proposta de alteração será enviada à Comissão de Reforma até o fim da semana corrente.

Dr. Raimundo reforçou a necessidade de realizar a Análise Crítica do Projeto de Sistema de Gestão da Qualidade e também finalizar a Auditoria Interna.



3

Dr. Flávio Novaes informou que o Novo Portal do TJBA, que fora anunciado na 2ª RAE, está pronto, porém ainda não está vigente por pendência de um acordo com a assessoria de comunicação do Poder Executivo. Tal acordo estaria sendo assinado nesta data (19/09/17) e, a contar da data de assinatura até 15 dias úteis, o novo site entrará em execução.

Projeto Cadastrar – Igor Caires pediu a participação de Dr. Sadraque para elucidar alguns pontos. As datas vencidas referem-se a dois implementos tecnológicos e um deles é a possibilidade dos nossos sistemas processuais terem cooperação técnica junto com a Receita Federal a fim de mitigar a falta de conformidade entre o nome e o CPF/CNPJ das partes. A SETIM já realiza o trabalho de conformidade entre os dados, porém a DPG solicita ampliação do diálogo com a Setim. O outro item é a criação de ferramenta tecnológica que contemple a exigência do Código de Processo Civil no que diz respeito ao art. 246 que é a citação e intimação de pessoa jurídica. Esse sistema já está sendo desenvolvido o prazo de entrega seria em 18/09/17, mas a Setim deu nova data que seria em 28/10/17. Como há a necessidade de implantação do Pje no 2º Grau, sugeri que o prazo fosse revisto, para que a ferramenta fique pronta antes da implementação do Pje.

Dr. Raimundo Braga levantou a necessidade de eliminar o banco de dados que está inconsistente (cadastrado como lixo). Pediu que a Setim efetive a migração sem o “lixo” eletrônico. O objetivo é não levar dados inconsistentes para o novo sistema. Dr. Gilberto também contribuiu solicitando uma força-tarefa para que essa atividade seja mais ágil por parte da Setim.

Dr. Raimundo pediu que a Setim se manifestasse com relação à essa questão. O secretário Leandro Sady afirmou que provavelmente quando vier o Pje no 2º grau – até porque será integrado à Receita Federal – todo o cadastramento precisará passar pelo cadastro da Receita, ou seja, já virão os dados que estão naquele banco de dados – isso diminuirá essa “sujeira”. Em princípio será resolvido dessa forma. E o prazo continua sendo 28/10/17.

Dr. Sadraque entrevistou informando que mesmo depois da implantação do Pje, caso o cadastrador queira dispensar os dados da Receita Federal, poderá fazê-lo e dessa maneira toda a “sujeira” continuará no sistema.

Dr. Raimundo ressaltou que são duas ferramentas: uma para tratar essas informações no momento da migração e a outra é a ferramenta para os entes públicos se cadastrarem.

7. Apresentação dos Indicadores Estratégicos (Justiça em Números, Metas Nacionais)

Igor Caires fez uma breve explanação da situação atual dos números do TJBA. Lembrou que tanto na primeira como na segunda RAE os números foram abordados. E da importância da tomada de ações para melhorar as estatísticas do TJBA.

Apresentação dos números.

Número de Magistrados
Índice de Produtividade dos magistrados
Processos Baixados
Índice de Produtividade do Servidor

Igor Caires falou da situação atual do TJBA com relação aos números.

Abordou a Política de Enfrentamento como uma das medidas para acompanhar as Metas do Tribunal.

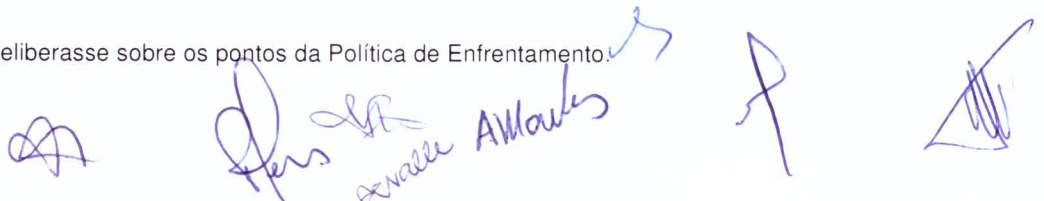
Explicou como ocorrerá a Semana de Baixas e Sentenças.

8. Deliberações do CGOV (Política de Enfrentamento de Metas Nacionais, Semana Estadual de Sentenças e Baixas, Aprovação da Data da 4ª RAE)

Desembargador Osvaldo fez considerações acerca da quantidade de juizes por comarcas.

Dra. Marielza fez explanação sobre a situação estrutural do TJBA e seus números. Os esforços estão sendo feitos, as ferramentas estão ainda em nível inicial. A situação de quantitativo de servidores e magistrados é crítica e afeta a produtividade.

Igor pediu que o CGOV deliberasse sobre os pontos da Política de Enfrentamento.



4

POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO AO CUMPRIMENTO DE METAS DE GESTÃO E DE PRODUTIVIDADE DO PJBA.

com a adoção das seguintes Diretrizes Estratégicas:

1 - Criação da Função de **Desembargador Gestor de Metas de Produtividade e Desembargador Gestor de Metas Estratégicas**, encarregados atuar na interlocução com o CGOV para a adoção das providências necessárias ao cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário definidas pelo egrégio Conselho Nacional de Justiça – CNJ, assim como, respectivamente, acompanhar e estabelecer ações de melhoria contínua dos **Indicadores de Produtividade e Estratégicos**, estabelecidos no Planejamento Estratégico do TJBA e no Relatório Estatístico “*Justiça em Números – JEN*” do CNJ, indicando inclusive aquelas que dependam de normatização e/ou dispêndio financeiro;

2 - Produção Anual de Plano de Comunicação para o Enfrentamento das Metas de Gestão e de Desempenho, contemplando, no mínimo: Divulgação das Metas e Indicadores com respectivos glossários e orientações ao seu cumprimento; Ampla e irrestrita publicidade dos indicadores judiciais de composição do **JEN**, Metas Nacionais e de Execução de Projetos do Portfólio Estratégico;

3 - Estabelecimento de Calendário anual de ações articuladas, programadas na forma que segue:
Semana Estadual de Sentenças e Baixas – Em Outubro;
Semanas Estadual de Conciliação – Em Junho e Novembro;
Programa Permanente de Premiação por Produtividade - Selo Justiça em Números – Janeiro.

4 - Encaminhamento desta Política para a Secretaria de Planejamento e Orçamento – SEPLAN a fim de que esta seja, no menor prazo possível, detalhada em seus aspectos técnico-operacionais e, posteriormente, convergida como proposta de Resolução ao Tribunal Pleno.

Desembargadora Cynthia Pina considerou os pontos relacionados à Semana de Sentenças e Baixas e a quantidade de juízes é insuficiente para a realização de sentenças. E da logística de juízes que atendem a mais de uma comarca. Outro ponto levantado foi o sistema Saipro.

Dr. Paulo Chenaud também comentou acerca da diferença dos números dos sistemas do TJBA e os números que o CNJ obtém. Reforçando a necessidade de investigar o porquê dessa diferença entre os números.

Igor Caires informou que essa ação de investigação de origem dos números está sendo feita diariamente pela Seplan junto com a Cosis. E estão sendo paulatinamente identificadas e corrigidas. Fazendo revisões de bases de dados.

A 1ª Vice-Presidente considerou que o tempo para a realização da Semana de Sentenças e Baixas é curto. Igor Caires informou que o prazo foi acordado com Defensoria e Ministério Público foi o de uma semana e que ainda é um período experimental. Desembargador Osvaldo sugeriu que fosse apenas baixa, mas existem comarcas que não precisam de baixa e sim de sentença.

Dr. Raimundo sugeriu que se fizesse semana de baixa de forma trimestral. E concordou com a Desembargadora Cynthia Pina no que se refere à unificação de sistemas processuais.

A 1ª Vice-Presidente colocou os pontos em votação:

1 - Criação da Função de **Desembargador Gestor de Metas de Produtividade e Desembargador Gestor de Metas Estratégicas**

2 - Produção Anual de Plano de Comunicação para o Enfrentamento das Metas de Gestão e de Desempenho

3 - Estabelecimento de Calendário anual de ações articuladas (incluindo a trimestralidade da Semana de Sentenças e Baixas)

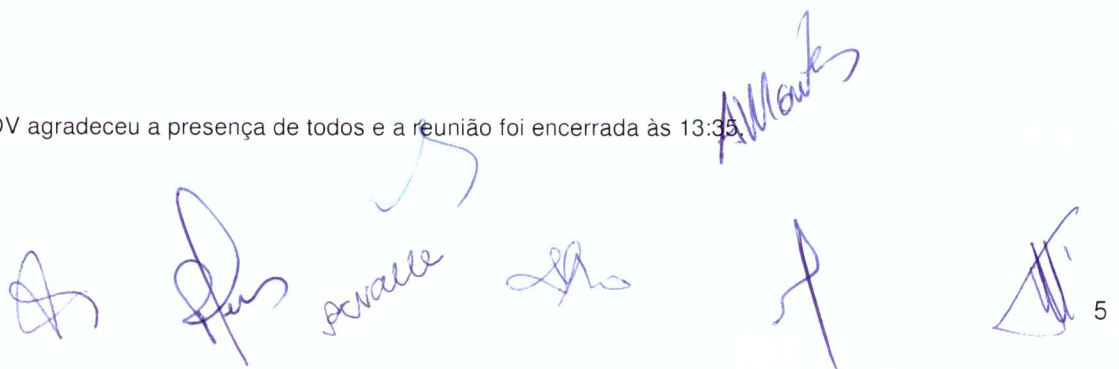
4 - Encaminhamento desta Política para a Secretaria de Planejamento e Orçamento – SEPLAN

5- Aprovação da data da nova RAE 12/12/17 às 09:00

Todos os pontos foram aprovados pelo CGOV.

9. Encerramento

A Presidente do CGOV agradeceu a presença de todos e a reunião foi encerrada às 13:35.



5